



Prefeitura do Município de São Paulo
Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais
Subprefeitura Vila Mariana
Conselho Regional do Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz
da Subprefeitura Vila Mariana

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CADES-VM

Data: 04 de agosto de 2022

Hora de início: 17h30

Local: Plataforma online Google Meet

Assuntos Principais:

- 1. Aprovação da ATA da última Reunião Ordinária 07/07;**
- 2. Apresentação do PLANCLIMA, por Laura Ceneviva -**
- 3. GT – Sustentabilidade: PDE SP – Oficina Presencial de Revisão do PDE na Vila Mariana em 06/08, 9hs – Magda Beretta.**
- 4. GT Áreas Verdes, GT Patrimônio, GT Saúde, GT Comunicação – Atualização.**
- 5. Outros Assuntos / Solicitações.**
- 6. Informes / Calendário.**

Maria Helena abriu a reunião cumprimentando a todos.

O Subprefeito Luís Felipe Miyabara pediu a palavra para convidar os presentes a participar das Oficinas Presenciais que integram a Agenda Participativa da Etapa 1 da Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico de 2014.

As Oficinas Presenciais estão abertas a todos os cidadãos e entidades da sociedade civil e seu objetivo é ouvir a população e identificar os limites do processo revisional e seus temas prioritários. Neste próximo sábado, dia 06, a partir das 9h, a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) da Prefeitura de São Paulo, fará a Oficina na região da Subprefeitura Vila Mariana, no Teatro Popular João Caetano à Rua Borges Lagoa, 650, Vila Clementino. Magda Beretta antecipou o assunto do GT Sustentabilidade e pediu ao Subprefeito para estar presente na apresentação do documento que foi preparado como sugestão para a Oficina Presencial de Revisão do PDE neste sábado.

- 1. A Ata da Reunião Ordinária do dia 07 de julho de 2022 foi aprovada pelos Conselheiros presentes, tendo sido dispensada sua leitura.**

Com a palavra, Maria Helena apresentou nossa palestrante do dia, Laura Ceneviva, Arquiteta e Urbanista, Mestre em Ciências em Estruturas Ambientais Urbanas pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, especialista em Planejamento Regional e Urbano pela Technische Univesitat de Berlin, Alemanha.

Servidora da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) e atual Secretária Executiva do Comitê de Mudança do Clima e Economia do Município de São Paulo, foi a Coordenadora Executiva do PLANCLIMA.

Maria Helena lembrou que, em termos de mobilidade, Laura participou do “Projeto Ciclista” com o Engenheiro Günter Bantel e promoveu sua continuidade avançando para o “Projeto Pró-Ciclista”, a fim de qualificar a mobilidade de quem anda de bicicleta. Laura foi quem estruturou o Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA). O FEMA, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) e o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES) estruturam o órgão local do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) no município de São Paulo.

- 2. Apresentação do PLANCLIMA – Plano de Ação Climática do Município de São Paulo 2020-2050, por Laura Ceneviva.**

Laura iniciou a apresentação dos slides com uma foto, tirada por ela desde uma janela da SVMA, tida como emblemática do tema da apresentação. A foto mostra um dia de céu carregado, mas vemos luz no horizonte! Advertiu que é preciso lembrar que o “Efeito Estufa” foi o que permitiu o desenvolvimento da vida na terra e que o aquecimento global, causado pelo incremento da emissão de gases de efeito estufa pela ação do homem, é o que retém o calor na superfície da terra aumentando a temperatura média.

Alertou sobre as metas para 2050, como um dado fundamental para se ter claro. Em 2015, na assinatura do Acordo de Paris, os países concordaram em fazer o necessário para manter o aquecimento global abaixo de 2°C em 2100, preferivelmente 1,5°C. E como fazer? A referência veio a partir do Relatório Especial do Painel Intergovernamental



sobre Mudança do Clima (IPCC), de 2018. Para manter o aumento da temperatura abaixo desse 1,5^oC, temos que cortar 45% das emissões de CO² até 2030 e 100% até 2050, ou seja, a indústria do petróleo terá que acabar até 2050. Se for para manter o aumento da temperatura abaixo de 2^oC, cortam-se 20% das emissões até 2030 e 100% até 2075. Ou seja, o marco de 2050 é este e foi ele que norteou o Plano de Ação Climática do Município de São Paulo – PLANCLIMA. Completou mostrando que o último, “Sexto Relatório de Avaliação”¹ sobre o entendimento do estado atual do clima, do IPCC é o AR6 (sigla em inglês) e foi lançado neste início de 2022. Com base no relatório do IPCC, apresentou uma ilustração onde o “risco” foi adotado como elemento de referência para dimensionar os impactos relacionados às alterações climáticas, onde o “risco” depende de 3 (três) variáveis: perigo - exposição – vulnerabilidade. Estes podem ocasionar impacto nos sistemas naturais e humanos. Exemplificou com imagens o perigo com os eventos climáticos extremos: altas ou baixas temperaturas, ondas de calor ou frio, seca, alta pluviosidade, baixa UR etc. e os problemas associados, inundações, deslizamentos, queda de árvores, pandemias, quebra de safra, fluxos migratórios etc. O conceito de exposição é fundamental para o risco, é uma das naturezas que o compõe. Sem exposição, o risco abaixa e na vulnerabilidade aumenta. Tudo o que fazemos no caso da mudança do clima é para evitar ou combater o risco. Esta forma de expressar o conteúdo foi estabelecida pelo IPCC no AR5, 2014.

Para gerenciar o risco, é necessário primeiro reconhecer que ele existe, considerar a probabilidade de sua ocorrência, a identificação ou de seu provável impacto, descrevê-lo para poder gerenciá-lo e com isso evitar, perseguir, remover, assegurar, manter, compartilhar, transferir etc. O risco é uma construção social e, portanto, cultural. Está na mente daquele que o enxerga.

Comprovou a realidade dessa afirmação no processo de elaboração do Plano de Ação Climática, que começou com uma atitude do Urban20 (U20) - grupo organizado pelas grandes cidades dos países do G20 (grupo dos 20 países mais ricos do mundo) - constituído por prefeitos convidados para essa reunião inaugural, em Buenos Aires, Argentina, durante a reunião do G20, de 2018, para buscar uma solução para o problema, pois são eles que terão que lidar mais diretamente com o impacto da mudança do clima e promover as formas de adaptação. No caso de São Paulo, Bruno Covas esteve na reunião e imediatamente afirmou seu compromisso com as ações para redução das emissões de gases de efeito estufa no município. São Paulo já vinha fazendo muito com relação à mudança do clima, desde o momento em que o Acordo de Paris foi firmado. Sempre trabalhou com vistas ao aquecimento global, mas eram ações isoladas e não tinham a “lente climática” instalada.

Em continuação, demonstrou com uma ilustração de humor do Laerte, que a plasticidade do sistema não pode ser rompida. Ele pode ser perturbado até um certo ponto, a partir do qual, não conseguirá retomar seu equilíbrio, ainda que seja retirada a força causadora do distúrbio. A regra em mudança do clima: Não atingir pontos de “não retorno” e só implantar projetos de “não arrependimento”. Isso implica em não fazer as coisas como sempre fizemos. A mudança do clima demanda que nos transformemos para que não nos arrependamos depois.

O Plano de Ação Climática do Município de São Paulo estruturou-se em (três) eixos: 1. Neutralizar as emissões de gases de efeito estufa até 2050 (Acordo de Paris); 2. Adaptar-se aos impactos da mudança do clima para que não haja arrependimento depois; 3. Tratar com equidade ônus e bônus da mudança do clima facultando, assim, o enfrentamento a seus impactos.

Cidades não são partícipes da convenção do clima, e sim países. O próprio Acordo de Paris, a Convenção do Clima e os documentos produzidos pelo IPCC reconhecem que os países não vão conseguir cumprir as metas sozinhos. As cidades são fundamentais para implementá-las porque é em seu âmbito que os valores, conhecimentos e ação política ocorrem. E até 2050 teremos no mínimo 8 eleições e no mínimo em cada Plano de Governo de cada Prefeito eleito, o PLANCLIMA pode ser revisto, junto com o Plano Plurianual e a elaboração do Programa de Metas. Cada governo tem sua aptidão de reconhecer e incorporar a mobilidade e a transformação necessárias que um plano de longo prazo como este tem. A elaboração do plano foi coordenada pela SVMMA e C40 Cities, com um grupo Inter secretarial de 93 técnicos da Prefeitura e envolveu quase 300 colaboradores, parte da prefeitura, da C40 Cities (www.c40.org), da academia, do setor privado e de ONGs. No processo, entendemos que todo plano é retórico. O processo de elaboração foi semeando nos profissionais, a necessidade de incorporar a questão climática no processo decisório da Administração Municipal.

¹ As publicações – ARs - do IPCC apresentam uma síntese sobre o entendimento do estado atual do clima, incluindo como ele vem mudando e qual é o papel da influência humana, o estado do conhecimento sobre possíveis futuros climáticos, informações climáticas relevantes para regiões e setores, e como limitar a mudança do clima induzida pela atividade humana.



Em qualquer governo, implementadas as ações ou não, o plano foi lançado e a reverberação é maior se todos forem mudando junto.

Deu início à explanação propriamente dita do Plano de Ação Climática do Município de São Paulo relatando os critérios adotados para definição das ações integrantes do PLANCLIMA:

1. Visões setoriais para uma abordagem mais abrangente, multidisciplinar e intersetorial para definir cada ação;
2. Todas as propostas de ações estão ancoradas em normas, planos e programas já existentes.
3. Ações com potencial para trazer outras ações.
4. Priorização definida segundo 3 (três) critérios básicos:
 - Benefícios primários (potencial de mitigação ou adaptação);
 - Benefícios secundários (aumento de renda, mitigação da pobreza, acesso aos serviços básicos, aumento das áreas verdes e maior acesso a elas, melhoria da qualidade no ar, acesso a moradia, melhor mobilidade e acesso ao transporte sustentável, água e saneamento, inclusão);
 - Viabilidade das ações (competência legal, alinhamento ou não frente às normas culturais e sociais, fontes de financiamento, atendimento às normas ambientais e sociais para acesso a financiamentos externos).

Discorreu sobre as 5 (cinco) estratégias estruturantes do PLANCLIMA:

Rumo ao carbono zero em 2050; Adaptar a cidade de hoje para o amanhã; Proteger pessoas e bens; Mata Atlântica, precisamos de você; Gerar trabalho e riqueza sustentáveis.

A cidade de São Paulo está na linha do Trópico de Capricórnio, pertencendo a duas Zonas Climáticas – Zona Tropical e Zona Temperada Sul, portanto sujeito a grande variação climática. Alertou para observarmos que já estamos vivendo estas mudanças climáticas. Mostrou, através de gráficos do IAG-USP e INMET, que as chuvas fortes, acima de 80-100mm vêm crescendo desde que começou a ser medida, na década de 1930-40, assim como a chuva acumulada. O mesmo acontece para a temperatura média anual. Já, na documentação do livro Vida Urbana e Saúde do Professor Dr. Paulo Saldiva, os gráficos apresentados mostram a variação de mortalidade por causas naturais em função de mudanças de temperatura em algumas cidades brasileiras. Isso mostra que estamos perdendo nossa capacidade de adaptação.

Laura apresentou um mapa das regiões da cidade de São Paulo com “Índice de Risco de Estresse Térmico” (HSRI) onde uma combinação de variação de temperatura, densidade construtiva, presença de áreas verdes (praças, arborização urbana), acesso a serviços etc. definem, em 5 graus, áreas com maior ou menor risco de estresse térmico.

Terminou com o mapa do Município de São Paulo que mostra que 48% do território tem cobertura vegetal. Estes são exemplos das referências utilizadas na elaboração do PLANCLIMA.

Concluiu dizendo que o PLANCLIMA teve o olhar fundamental de ampliar a nossa capacidade adaptativa a partir daquilo que já somos hoje.

Perguntas e respostas:

Lúis Felipe: O gráfico da temperatura apresentado mostra, em 2014, uma subida. E hoje?

Laura Ceneviva: Usávamos o material do IAG (Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas) da USP, que parou de publicar o Boletim Climatológico, então não atualizamos os dados. Sim, continua subindo. Outra fonte, por exemplo, o CGE (Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas) não respeita a metodologia padronizada pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), então não podemos usar estes dados cientificamente.

Carlo Corabi: Sobre o plantio de árvores, nós, como sociedade civil, temos que ter regras para poder cobrar da instância pública, e, para isso, temos que ter metas. Citou o Município Verde e Azul como referência. Teremos estes dados e indicadores para medir os avanços de plantio? Indagou sobre plantio de árvores de pequeno porte não trazer tanto benefício ecossistêmico, e reforçar as de médio e grande porte. Perguntou sobre o aumento da construção de prédios.

Laura Ceneviva: Ainda não temos estas informações detalhadas no PLANCLIMA. Indicou o PLANPAVEL que tem indicadores por Subprefeitura, e poderia ter por distrito para ser mais completo. Acredita que árvores são fundamentais e de papel relevante. Sobre prédios, acredita que é efeito da predominância do capital financeiro sobre o produtivo o que não atende à demanda do mercado da habitação.

Magda Beretta: Como o PLANCLIMA vê esse aumento da construção de prédios? E como está o PLANCLIMA em termos de metas e indicadores ambientais?



Laura Ceneviva: Durante o processo de elaboração do PLANCLIMA, o interesse era de metas e indicadores claros para que o cidadão pudesse cobrar o Poder Público. Ver pág. 295 do PLANCLIMA. Uma cidade como São Paulo não elege prefeito sem congregar setores expressivos de pressão política. São territórios de poder e só a pressão popular é capaz de demandar resposta em todos os campos. Quando o PLANCLIMA foi institucionalizado por decreto, no dia seguinte, todas as competências que eram, historicamente, da SVMA, Mobilidade, Segurança Urbana, SIURB, foram tiradas da SVMA e transferidas para uma Secretaria Executiva, criada por recomendação do PLANCLIMA. Está no Decreto que até junho de cada ano, essa Secretaria Executiva (SECLIMA), que tem que emitir o relatório anual de implementação do PLANCLIMA no Comitê de Mudança do Clima e Eco economia e na Comissão ODS, ainda não o apresentou. Luís Felipe se colocou à disposição para cobrar do Secretário Executivo, Dr. Pinheiro Pedro.

Luís Felipe: No mapa de temperatura apresentado, a região da Vila Mariana está em nível razoável. O que mede esse mapa?

Laura Ceneviva: Sim, o mapa mede o risco de “estresse térmico” e tem como índices temperatura, densidade construtiva, acesso a serviços públicos, doenças cardiovasculares presentes. A Vila Mariana aparece com um nível bastante razoável e isso é ótimo. Por outro lado, problema com a poluição do ar, alta produção de ozônio e baixa umidade do ar.

Sylvia Mielnik: Como era do Conselho Gestor do Parque do Ibirapuera, sugere trocar a capa da edição do PLANCLIMA, onde aparece a foto do Parque. Citou que o Parque, após a concessão, deixou de ser modelo e está sendo usurpado. Apesar das obras que vem fazendo, não há uma placa de obra no parque.

Laura Ceneviva: A capa do PLANCLIMA usou o Ibirapuera como símbolo e marca de simplicidade e ousadia frente ao futuro na obra do Niemayer. Conceitualmente, não há problema em concessionar o parque. Pode haver questionamento, aos órgãos responsáveis, como os de tombamento, quanto à forma que esta atividade está sendo realizada.

Nina Orlow: Até que ponto o PLANCLIMA está incorporado na Agenda 2030?

Laura Ceneviva: Cada ação está contemplada no PLANCLIMA. Durante o processo de elaboração do Plano, chegamos à conclusão de que o ODS13 precisa de todos os ODS feitos para de fato cumprirmos suas indicações (ODS13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima). Isso está expresso no PLANCLIMA. A realização do ODS13 através dos demais ODS.

Maria Helena: A SVMA é o único órgão do SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente) em São Paulo. Como é isso?

Laura Ceneviva: A mudança do clima é o maior problema ambiental do planeta. Existe uma dificuldade de entendimento entre as ações. Nós, da SVMA no PLANCLIMA, propusemos a criação da SECLIMA (Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas), e da Coordenação Técnica de Mudanças Climáticas. A proposta é de um órgão político e um técnico.

Magda Beretta: Sugeri solicitar a presença do Secretário Executivo Pinheiro Pedro para ampliar conhecimento no CADES sobre a SECLIMA (Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas). O PLANCLIMA é um instrumento poderoso se conseguirmos que ele funcione.

Nina Orlow: Comentou das três palestras feitas no mês do Meio Ambiente (Água e Saneamento, Ar e Saúde e PLANCLIMA), e concluiu que, com a visão desses três assuntos que dialogam entre si, propõe fazermos uma carta ao Secretário para entender como ele está se posicionando nesse contexto. Relatório e prestação de contas é o mínimo que pode fazer para a sociedade.

Luísa Catunda: O PLANCLIMA deveria referenciar todas as Secretarias Municipais, não só a SVMA. Todas as questões da cidade deveriam estar caminhando juntas no PLANCLIMA, ligadas a um órgão técnico e não a uma Secretaria política.

Laura Ceneviva: A preocupação quando da elaboração do PLANCLIMA é como ele iria se sedimentar e criar raiz.

Luísa Catunda: Podemos dar aos CADES Regionais esta função de implementar o PLANCLIMA e que cada região se aproprie dele de acordo com características locais.

3. GT – Sustentabilidade: PDE SP – Oficina Presencial de Revisão do PDE na Vila Mariana em 06/08, 9hs – Magda Beretta.

A apresentação de Magda teve por objetivo coletar sugestões da Sociedade Civil para apresentar na Oficina. Magda redigiu uma sugestão e após conversar com o grupo Defesa São Paulo e o Coletivo Chácara das Jaboticabeiras, e,



juntamente com a Associação dos Moradores da Vila Mariana (AVM) optou por fazer algumas propostas, tanto pela AVM como pelo CADES-VM. Aqui no CADES-VM trouxe para os conselheiros debaterem a seguinte proposta: Que o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) seja obrigatório para edificações a partir de 5.000m² e que o estudo esteja disponível para a consulta da população. Os próprios vizinhos parecem não ter acesso a ele.

Laura Ceneviva comentou que, quando foi Coordenadora do CADES na SVMA, elaborou, com os conselheiros, uma minuta sobre regulamentação de Impacto de Vizinhança, que causou muita discussão, mas não avançou.

Luísa Catunda: O EIV também tem que mudar. Os critérios de dimensionamento aplicados pelo Poder Público não medem demandas efetivas sequer para os empreendimentos médios, são insuficientes em mobilidade, tráfego, poluição, infraestrutura, permeabilidade etc. e muitas destas estão só relacionadas ao trânsito.

Maria Helena: A infraestrutura (água, esgoto, energia) é dimensionada para receber novos empreendimentos?

Laura comentou que, quanto ao EIV, o Estatuto da Cidade criou um conflito no município de São Paulo em que a legislação precedia a Lei Federal. O Estatuto da Cidade passou a considerar EIV como urbanístico enquanto no município era considerado ambiental. Magda solicitou a Laura para relatar mais detalhes por escrito para a Oficina Presencial de Revisão do PDE, mais propostas e comparecimento dos Conselheiros no sábado.

Nina Orlow voltou a falar da importância de darmos continuidade aos temas das três palestras (Água e Saneamento por John Tatoon, Ar e Saúde por Paulo Saldiva e PlanClima por Laura Ceneviva), promovidas pelo CADES-VM em comemoração ao Mês do Meio Ambiente, para que estes se desdobrem em novas ações. Citou como exemplo, nos apropriarmos do PLANCLIMA para colocá-lo em prática e incentivarmos os outros CADES.

Luísa vai produzir um documento sugerindo que Laura Ceneviva apresente o PLANCLIMA para cada um dos CADES Regionais e com antecedência peça aos conselheiros de cada CADES que produzam 3 ou 4 questões sobre o Plano, para que ela possa focar a palestra em cada realidade, com o objetivo de aproximar as pessoas do Plano.

4. GT Áreas Verdes, GT Patrimônio, GT Saúde, GT Comunicação – Atualização.

GT Comunicação – Sylvia Mielnik recebeu o material para camisetas.

GT Saúde – o grupo vem se reunindo para apresentar o Plano de Trabalho para aprovação dos Conselheiros.

5. Outros Assuntos / Solicitações.

6. Informes / Calendário.

De 16 a 25 de setembro de 2022 – no Parque Augusta

Global Week to #ACT4SDGs (Semana Global para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável)

Encerramento da reunião – Foi encerrada a reunião às 20h com agradecimentos pela presença de todos. A próxima reunião será dia 01/09/2022 com início às **17h 30** – Local: plataforma online Google Meet.

Justificaram a ausência os seguintes Conselheiros:

Ananda Almeida -SVMA

Bruna Anielle Lopes Oliveira – SUB VM

Christina Abi Jabour - SMDT

PARTICIPANTES PRESENTES:

Poder Público

Subprefeitura VM

Maria Helena Sozzi de Godoy

Secretarias

Antônia Elisângela de Oliveira – SEME

Representantes CADES VM – Conselheiros da Sociedade Civil

Titulares



Sérgio Shigeeda
Elza Kusaka
Carolina Hanashiro
Magda Beretta
Carmem Caldera

Suplentes

Sylvia Mielnik
Célia Wolff
Melissa Liauw
Carlo Corabi

Fórum Agenda 2030 VM

Nina Orlow

Convidados

Laura Ceneviva - SVMA

Participantes da Sociedade Civil

Débora Iacono
Luísa Catunda
Vinícius Leão

Presidente: Luis Felipe Miyabara
Subprefeito Vila Mariana

André Nakao
1º secretário CADES VM

Cintia Ema Padovan
2ª secretária CADES VM